

ATA DA 104ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2013  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES  
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Silva - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passamos às Breves Comunicações.

Inscrito o sr. deputado Neodi Saretta, a quem concedo a palavra por dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, estimados catarinenses que acompanham esta sessão, a Assembleia Legislativa recebe hoje a visita de um grupo de alunos. E quero fazer um registro especial da Escola Municipal Maria Melânia Siqueira, de Concórdia. São 29 alunos e oito acompanhantes, algumas mães, alguns professores. O Eduardo Guizzo que é guia turístico está mostrando essa bela capital de Santa Catarina. Essa é uma turma do 5º ano, com idade que varia entre nove e onze anos. Essa turma vai fazer a Prova Brasil

pela escola. E estão aqui acompanhados da diretora Eliane Beatriz Camilo.

Quero fazer esse registro porque em Concórdia a educação é de primeiríssima qualidade, com altíssimos índices de desempenho nas avaliações realizadas.

Quero cumprimentar a direção da escola e os alunos, lembrando que no dia 18 será realizada a Prova Brasil e o Sistema de Avaliação da Educação Básica, para diagnóstico em larga escala, desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - Inepe - do MEC. E tem o objetivo de avaliar a qualidade de ensino oferecido pelo sistema de ensino brasileiro a partir de testes padronizados e questionário socioeconômico.

Esses testes serão aplicados aos alunos para o 5º e 9º ano do ensino fundamental e também na 3ª série do ensino médio.

Os estudantes respondem a questões de língua portuguesa, com enfoque em leitura, e de matemática com foco na resolução de problemas. No questionário socioeconômico os estudantes fornecerão informações sobre fatores de contexto que podem estar associados ao desempenho.

A avaliação é importante para diagnosticar a qualidade da educação brasileira, permitindo analisar a evolução dos alunos ao longo do tempo.

Cumprimento os alunos que estão aqui, as mães, a professora, a diretora e desejo boa sorte na Prova Brasil que será feita na segunda-feira. Tenham uma boa estada na capital.

Quero dizer que o desenvolvimento pleno da educação passa por esse conhecimento de novos locais, de novas experiências. E já desde cedo esses alunos estão vendo um pouco da capital e como funciona o Poder Legislativo de Santa Catarina.

Neste ano, inclusive já estive por inúmeras vezes falando sobre esse tema, tivemos a notícia espetacular dessa proposição, sancionada já pela presidente Dilma Rousseff, da lei que destina 75% dos *royalties* do petróleo extraídos da camada do

pré-sal para investimentos em educação e 25% para a saúde.

Entendo que esses recursos serão importantes e fundamentais e deixaram de fato um legado para o país.

Sempre temos falado que os recursos para a educação não são suficientes. E de fato não são. Por isso, nos municípios, não podemos ficar limitados apenas àquele percentual mínimo exigido pela Constituição. Até para os alunos que estão aqui presentes saberem, no mínimo 25% do orçamento do município, da receita tributária, são destinados para a educação. Mas é pouco esse percentual de 25%.

Eu mesmo quando fui prefeito de Concórdia, aonde chegamos a investir 32% e ficamos sempre nessa faixa, na média de 30%. Ainda assim são poucos esses recursos.

O estado tem deixado de aplicar o mínimo constitucional, segundo já apurou o Tribunal de Contas.

Então, além de investir o previsto, agora teremos essa perspectiva de ter mais recursos advindos dos chamados *royalties* do petróleo. Esses recursos que são pagos pela exploração do petróleo, na chamada camada do pré-sal - e creio que os alunos vão estudar - serão aplicados de forma progressiva.

O primeiro repasse de R\$ 770 milhões deverão ser feitos ainda em 2013, chegando a R\$ 19 bilhões em 2022 e é um total de R\$ 112 bilhões em dez anos.

Então, realmente vai ser um ganho importante. Hoje, o Brasil aplica cerca de 6% do seu PIB em educação. E com esses recursos do pré-sal e aquilo que será investido neste período deveremos chegar a 10%, que é a meta de investimento, realmente, no nosso país. Aí, sim, teremos um salto de qualidade, de educação de qualidade.

Além do fortalecimento do ensino fundamental a que nos referimos, temos mais níveis de ensino médio no ensino público, inclusive, com esses fortalecimentos dos nossos institutos federais e educação, com o fortalecimento das nossas

universidades estaduais e federais, com a ampliação e expansão dessas universidades. Inclusive aqui estão os alunos de Concórdia. E quero lembrar que estamos numa grande luta para criar um *campus* da Universidade Federal da Fronteira Sul, que já está em andamento, que já tem grupo de trabalho elaborando os projetos. E já existe um grupo nomeado oficialmente pela Universidade Federal da Fronteira Sul.

Defendemos também, em termos de estado, que seja elevado o percentual que hoje é aplicado em educação em Santa Catarina.

Tem uma emenda constitucional que apresentei aqui, no início deste mandato, como deputado, e que tramita nesta Assembleia Legislativa. E seria importante neste pacote de medidas que está sendo votado agora que pudéssemos incluir também a votação dessa PEC, dessa proposta de emenda constitucional que eleva de 25% para 30% os recursos a serem investidos em educação.

Acredito que se fizermos isso também estaremos dando um grande exemplo, um grande passo para fortalecer mais a nossa educação. Hoje, com os recursos que advirão dos *royalties* do petróleo, somados à elevação desse percentual, teríamos assim de fato condições de fazer uma educação de ponta, de qualidade, melhorando o salário dos professores, revendo o plano de carreira e, principalmente, o achatamento que houve em relação ao piso quando foi instituído o piso nacional de salários.

A adoção por Santa Catarina aconteceu através de um achatamento das carreiras, a compactação das carreiras. E isso precisa ser revisto. Necessariamente precisamos de mais recurso.

Então, sr. presidente, quero deixar essa mensagem, reforçando essa tese do fortalecimento que temos que ter com a educação, com a ampliação de recursos.

Para finalizar, quero desejar boa sorte a todos que farão a Prova Brasil na segunda-feira. Tenho certeza de que é importante essa avaliação, como eu disse, para que se possa avaliar a

qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir desses testes.

Boa sorte aos alunos que estão aqui e também às mães e diretoras.

Voltem quando puderem!

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar o sr. presidente, os srs. deputados, quem acompanha esta sessão, os estudantes e os professores de Concórdia.

Primeiramente, quero passar a informação com relação à sanção e publicação no Diário Oficial, no dia 11 de novembro agora, do convênio ICMS 104, de 30 de agosto de 2003. O que trata, na verdade, essa publicação? Trata de um projeto de lei de nossa autoria, junto com o deputado Dirceu Dresch, que procura isentar os produtos da alimentação escolar através do programa de aquisição de alimentos, que fazem parte do Pronaf e que vão para a merenda escolar.

Assim, vários estados já têm a isenção do ICMS, e o estado de Santa Catarina ainda não tem esse benefício. E sabemos que os agricultores sobrevivem de poucas e pequenas rendas, deputado Sandro Silva.

A isenção de ICMS para Santa Catarina dos produtos da alimentação escolar, com certeza significa uma renda a mais para o agricultor. E quem sabe, com essa sobra a mais de imposto que ele deixa de pagar, como, por exemplo, do mel que vai para a merenda escolar, onde temos a tributação de 17%, quem sabe esse recurso a mais pode significar a sucessão da propriedade.

Então, é com muita alegria que temos dado passos bastante lentos, mas acredito que o governo possa ser iluminado e, quem sabe, até o final do ano resolveremos definitivamente pela aprovação desse projeto de lei, uma vez que o argumento da secretaria da Fazenda era com relação à não

inclusão do estado de Santa Catarina nesse termo de convênio. Portanto, temos a publicação incluindo o estado catarinense na isenção do ICMS a esses produtos. E agora não tem mais sentido de não ser mais aprovado o projeto de lei e conseguirmos avançar, no sentido de garantir uma melhoria de renda aos agricultores. E quem ganha com isso são os alunos que passam a receber um produto que o agricultor do seu município, da sua comunidade, do nosso estado, produz.

Acho que esse é o sentido educativo que está por detrás desse projeto. Não precisamos consumir alimentos de fora para termos saúde, ao contrário, precisamos conhecer quem os produz e como. É possível num estado tão exportador e que produz tanta variedade valorizar mais a agricultura familiar.

Por isso, gostaria de socializar o avanço da publicação também por parte do governo federal no Diário Oficial da União incluindo o estado de Santa Catarina.

De outra forma, nesse tempo que me resta, quero comemorar e socializar com os demais deputados a conquista do nosso timão do oeste. Não poderia deixar de fazê-lo como boa chapecoense, quando no dia de ontem a Avenida Getúlio Vargas tomou conta, porque o furacão do oeste venceu por um a zero. E quero dizer a todos que estão no sul, norte, Joinville, Criciúma, que estamos aqui com o coração mais verde e branco, porque é inédito um time do oeste de Santa Catarina que brigou muito para sair da série D, chegou à série B agora e, Deus queira, a série A vai-se confirmar neste final de semana.

O nosso povo do grande oeste é acostumado a ver outros grandes times de regiões maiores terem o título e nós não. Então, faço menção à direção da Chapecoense, na figura do presidente, do vice-presidente, também de um grande empresário chapecoense, que é conselheiro, pessoa magnífica, o empresário Plínio de Denez, nosso maninho.

Em nome de todos empresários, em nome da torcida verde e branca, em nome da comunidade oestina, em nome dos jogadores, dos técnicos, como

chapecoense, conselheira da chapecoense que sou, quero comemorar e dizer que estamos muito felizes.

Imaginem a Chapecoense jogando com o Corinthians, que coisa maravilhosa. E, além disso, como é que a Chapecoense permanece crescendo e não decresce?

Desafio também se coloca.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Parabenizo v.exa. pelo seu pronunciamento e faço de suas palavras as minhas palavras a respeito de tudo que disse de importante a respeito da Associação Chapecoense de Futebol.

Parabenizo todos os atletas, os jogadores e a diretoria, todos que colaboram e contribuem, a torcida. E temos grandes amigos e companheiros também. Inclusive, um deles estava aqui em nosso gabinete, pela manhã, feliz da vida, apreciando a página do jornal onde está estampada essa conquista da Chapecoense. Como bom avaiano, e aqui temos joinvilenses, parabenizo v.exa., porque a Chapecoense ganhou as duas do Avaí, os seis pontos. Mas temos ainda também o Figueirense e o Joinville na disputa. Temos sete ou oito times do Brasil inteiro, três de Santa Catarina, que eu já citei, agora disputando duas vagas, as duas vagas que sobraram, porque uma é do Palmeiras, a outra já da Chapecoense. Mas ainda continuamos na liderança de estar juntos no ano que vem, na Série A, fazendo grandes jogos para engrandecer o Futebol e o Desporto de Santa Catarina.

Muito obrigado, parabéns pelo seu pronunciamento e parabéns a toda turma verde e branca da Chapecoense.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputada Luciane Carminatti, sentimos em seu sorriso e dos demais parlamentares e das pessoas que têm ligação com o município de Chapecó, da alegria e da felicidade com a ascensão da Chapecoense para a Série A.

Hoje a televisão fez uma ampla matéria na recepção do time. O time está na Série A, com certeza, e todos nós torcedores do JEC de Joinville, do Avaí, do Figueirense, todos nós catarinenses somos Chapecoenses. É um time do interior, é um time organizado, é um time com uma folha baixa, é um time que demonstrou a garra que o povo oestino tem.

Estão de parabéns. E o governo do estado, o governador Raimundo Colombo já disse, através do fundo do esporte, que vamos ajudar a ampliar a Arena de Chapecó, porque eles merecem. Se Joinville subisse, e a nossa chance é muito pequena, também teríamos direito de ampliação da nossa arena.

Então vocês merecem. Vai ser bom para Chapecó, bom para o oeste e muito bom para Santa Catarina.

Parabéns!

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Vou precisar da sua ajuda, deputado.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Deputada, eu gostaria de me somar ao seu pronunciamento e parabenizá-la por sua fala e parabenizar também os jogadores, a equipe, a comissão, a diretoria e principalmente o povo do oeste, do município de Chapecó e do entorno dessa cidade, que estava também torcendo para que Santa Catarina ficasse representada em nível nacional com mais um time. O retorno da Chapecoense à Série A faz mérito a toda uma região trabalhadora que está envolvida na torcida por essa grande conquista.

Muito obrigado!

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Muito obrigada a todos os deputados. Um grande abraço e muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda em Breves Comunicações, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Muito obrigado, presidente Padre Pedro Baldissera.

Ontem, eu me pronunciei nesta tribuna que falaria hoje a respeito do Ministério Público, um debate que faço de forma muito transparente por convicção e por princípios. Na sequência o deputado Gelson Merisio fez uma intervenção, e eu o parabeneizei, colocando a preocupação que temos com a autonomia, o respeito e também a independência dos Poderes. E o que acontece nos Poderes é aprovado nesta Casa. E quando há problemas temos que corrigir. E esta é a conduta que tem me pautado nesta Assembleia Legislativa.

Quero deixar claro que a Constituição do nosso estado, no art. 40, § 11º, dá-me o direito de fiscalizar e controlar diretamente os atos administrativos dos órgãos do Poder Executivo, do Poder Judiciário, da administração indireta, Tribunal de Contas, porque este é o meu papel enquanto representante do povo catarinense, porque aqui fui colocado através do voto popular.

Nesta tribuna já fiz alguns debates sobre a questão da forma de trabalho da Assembleia Legislativa. Questionei o edifício do Tribunal de Contas do Estado, também questionei neste Plenário a compra do prédio do Ministério Público, sem licitação, em caráter de urgência, porque vi que essa forma, no meu entendimento, não era correta, tendo em vista a justificativa para a compra daquele prédio. E recebi no meu gabinete o presidente dr. Lio Marcos Marin, por quem tenho o maior apreço, que me apresentou justificativas, mas mesmo assim continuei questionando o método e a forma. Então, quero deixar claro que nesta Casa cumpro com o meu papel.

No jornal *A Notícia*, de hoje, tem uma matéria assinada pelo dr. Andrey Cunha Amorim, que ontem, eu me referi, não o conhecia pessoalmente, estou conhecendo agora pela fotografia, dizendo que a quem interessa um Ministério Público fraco.

Primeiro, não vou desqualificar o debate; segundo, nunca ninguém ouviu eu falar que quero um Ministério Público fraco.

O Dr. Andrey Cunha Amorim também diz na matéria que o infeliz pronunciamento do deputado Jailson Lima demonstra que eu quero um Ministério Público fraco quando faço acusações indiscriminadas, é mais ou menos isso. Diz ainda que estou desinformado ou o Ministério Público está sendo vítima de uma retaliação.

O Dr. Andrey Cunha Amorim não me conhece. Eu não sou homem público de retaliação, até porque as informações que ele dá sobre ações do Ministério Público contra mim não são verdadeiras. Se pegar a origem do processo que ele diz que quando eu perdi em primeira instância o meu direito político em Rio do Sul, deputado Aldo Schneider, cassaram o meu direito político, mas que foi em decorrência de um projeto executado pelo prefeito que me antecedeu na cidade de Rio do Sul, processo que veio para a capital, mas que eu vou recorrer. Eu não tenho nenhuma condenação, deputado Darci de Matos.

Ao mesmo tempo é dito que o Ministério Público tem executado muitas ações e que não há um só membro do Ministério Público que receba subsídio, que é salário, acima do teto constitucional, com exceção de verbas indenizatórias e não raras vezes com origem de dívidas passadas.

Que eu lembre nunca faltou dinheiro no Ministério Público para ter dívida de pagamento de salário de dívidas passadas. Se há dívidas passadas que as apresentem no portal de transparência. Ele diz também que as contratações que estão propondo aqui, sem concurso público estão previstas na Constituição.

Esse nosso debate começou com um projeto de lei complementar que mandaram para esta Casa, no qual o Ministério Público quer transformar cargo de estagiário de pós-graduação, que é uma forma camuflada de contratação comissionada, em cargos comissionados, que passarão de R\$ 2.200 mil para quatro mil e lá vai pedrada e mais mil cento e pouco de auxílio moradia. Se eles têm autonomia não precisariam mandar o projeto para cá!

Então, é importante deixar claro que o Ministério Público é um órgão autônomo, sim,

vinculado ao Poder Executivo, mas não é o quarto poder do estado e nem do país! Isso tem que ficar bem claro. O estado público de direito é constituído pelo Tribunal de Justiça, pelo Poder Legislativo e pelo Poder Executivo; o Tribunal de Contas do Estado também não é poder, porque é um órgão auxiliar deste Parlamento.

Ao mesmo tempo o dr. Andrey, que conheci, diz que não adianta eu apresentar dados pinçados. É importante registrar que tenho aqui 40 folhas de pagamento, são 440 cargos entre promotores e procuradores, que foram retirados da lista em ordem alfabética, numa amostragem de quase 25%. É impossível que 25% desses funcionários tenham atrasos para de benefícios extras, porque aqui no jornal ele diz que me desafia a mostrar que alguém ganhe acima do teto constitucional, e o que eles têm acima do teto são os extras, os 23 itens que estão no conteúdo do Ministério Público.

O jornal *A Notícia* de ontem fala de salário acima do teto dos senadores Luiz Henrique da Silveira, Casildo Maldaner e Esperidião Amin, que dá uma média de R\$ 50 mil, segundo eles. É importante registrar que eles têm o salário da aposentadoria, mais o de senador estão sendo questionados porque a fonte pagadora é a mesma, que é a fonte pública, sai do bolso do contribuinte. E com relação ao salário do Ministério Público, mais os extras e subsídios, que tenho denominado de penduricalhos, a fonte pagadora e a origem também é a mesma, ou seja, do orçamento que aprovamos aqui nesta Casa, quando passamos orçamento do Ministério Público de 3.1 para 3.9, ampliamos o do Tribunal de Justiça, o do Tribunal de Contas e o desta Casa.

Então, como disse que claramente mostraria, quero pedir que à assessoria que coloque no telão as imagens. Vou pedir para ir mudando quando necessário.

(Procede-se à exibição de *slides*.)

O Ministério Público não é um órgão independente em autonomia de execução de poder. Tem autonomia de gestão, e é uma questão conceitual.

É importante dizer que todos os dados que estão passando no telão são de fonte do portal de transparência do Ministério Público.

Demonstrativo de diárias pagas por poder e órgão da secretaria de estado da Fazenda e relatório de gestão institucional do Ministério Público.

Esse é o quadro de membros de outros estados. Eu fiz um comparativo do Paraná com o Rio Grande, Santa Catarina e Maranhão.

O Paraná tem 674 promotores e procuradores ao todo; Rio Grande do Sul, com 11 milhões de habitantes, tem 732; Santa Catarina tem 408 e o Maranhão tem 297...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente e srs. deputados, daremos continuidade a este debate de transparência pública que eu estava fazendo e que se faz necessário.

O orçamento do Rio Grande do Sul, em 2012, foi de 1,59%, com 732 membros do Ministério Público; o do Paraná foi de 4%, com 10.997.465 habitantes, com 674 membros do Ministério Público; o de Santa Catarina foi de 3,23% para 6.634.254 habitantes, com 407.117.558.

É importante dizer que o orçamento de Santa Catarina, em 2013, é de 3,9% e não mais 3,23%.

O orçamento do Maranhão é de 2,36% e o de Goiás, com população similar a Santa Catarina, é de 3%.

(Mudança de *slides*.)

Qual a receita do Ministério Público de Santa Catarina?

Nos últimos cinco anos, houve um acréscimo de R\$ 182.420.268,21. De 2011 a 2013 o acréscimo no

orçamento vai chegar a R\$ 126.626.638,55, aumentando em 35% as diárias.

Deputado Maurício Eskudlark, v.exa. que é policial, a Polícia Civil de Santa Catarina tem um orçamento de 0,81%, com 2.800 servidores, se não me engano, e apenas 0,04 para investimentos.

O orçamento do Ministério Público é cinco vezes maior do que o da secretaria de Assistência Social do estado e duas vezes maior do que o da secretaria da Justiça, onde há toda a estrutura e 12.000 presos para alimentar.

(Mudança de *slides*.)

Evolução Orçamentária do Ministério Público. De 2009 para 2013, de R\$ 275.820.145,62 passou para R\$ 458.240.413,83.

Quando o dr. Andrey Amorim diz que eles aumentaram os serviços em alguns itens também por ele pinçados, quero dizer que esta planilha que está aí foi retirada dos portais de informação do Ministério Público, que mostra que reduziu, de 2008 para 2012, o número de audiências judiciais de 42.234 para 33.133; que o número de pessoas atendidas foi, de 2000 a 2012, 64.400 para 49.780.

Esta não é uma informação minha, dr. Andrey. Abram as informações que vocês estão passando ao povo de Santa Catarina e continuem sendo transparentes!

(Mudança de *slides*.)

Teto Salarial Constitucional. Está na Constituição. Por isso que eles estão pegando os três senadores de Santa Catarina, que devem, eu acho, se aposentar e ter o salário, que seria até justo, porém, a fonte pagadora é apenas uma.

O teto constitucional com auxílio moradia para ministro é de R\$ 28.059,28; valor do subsídio dos desembargadores é de R\$ 25.323,50 e limite aplicável ao Ministério Público é de R\$ 25.323,50.

(Mudança de *slides*.)

Amostragem média dos 40 promotores/procuradores. Valor médio recebido de outubro de 2012 a setembro de 2013: R\$ 50.074,20. Tirando os descontos, o valor líquido é de R\$ 42.500,00/mês, sendo que desses 53,6% são de extra. É acima do teto constitucional!

(Mudança de *slides*.)

Três exemplos de folha de pagamento. O procurador "a", que eu já havia mostrado, recebeu de extras, de janeiro a setembro de 2013, R\$ 149.102,43, livre de impostos, e um total de R\$ 339.721,43 entre extras e salário, vencimento bruto.

(Mudança de *slide*)

O procurador "b" recebeu de extras, de outubro de 2012 a 2013, R\$ 330.159,41, livre de impostos - são os extras que ele diz que são de benefícios atrasados -, e na folha de pagamento, como um todo, recebeu R\$ 600.397,43.

E agora o dr. Andrey Amorim, e que eu tenho o imenso prazer de conhecer, já que eu não o conhecia, o que escreve a nota, hoje, recebeu, nos últimos 12 meses, de rendimento bruto R\$ 270.238,02 e de rendimento líquido R\$ 175.227,01.

(Mudança de *slide*)

E recebeu de extras, que ele diz que é justo, que são recursos atrasados de pagamento, e apresente-me a origem -, R\$ 310.800,95. E vem querer me questionar, dizendo que ele recebe o teto.

(Mudança de *slide*)

Então, o dr. Andrey Amorim, de outubro de 2012 a setembro de 2013, recebeu, de valor total bruto em folha de pagamento, R\$ 625.535,99.

Eu pergunto o seguinte: temos que concordar com isso, quando daqui passamos o Orçamento?

Então, vemos entre os três Poderes essa praça, que é uma verdadeira cracolândia e nada se faz. Pergunto se ele acha, quando eu disse aqui que vou fazer um projeto de lei para voltar aos valores originais de 3.1 de Orçamento... Porque temos que imaginar, companheiros deputados, que a receita do estado aumentou em torno de 13% ao ano na média nos últimos três anos - e, coincidentemente, 13 é um número muito aprazível -, que a inflação, na média, não ultrapassou os 6%, e que automaticamente eles já tiveram incremento de receita.

Segundo, se formos observar todos os órgãos e o que se aplica em investimentos no estado na

segurança, educação e saúde, é inconcebível que continuemos mantendo essa insanidade.

Então, vou apresentar um projeto de lei nesta Casa não apenas para reduzir o orçamento do Ministério Público ao que era. Não tem cabimento mandar dinheiro para nós, da Assembleia, e depois fazer de conta e devolver R\$ 40 milhões por ano, como foi feito nos últimos dois anos. Não precisa vir esse dinheiro, porque está sobrando, e vai sobrar de novo.

A Assembleia Legislativa aumentou o orçamento nessa festa também de 3.7 para 4.51, de 2012 a 2013, porque quando veio o projeto do Executivo aumentou do Tribunal de Justiça de 7.4 para 9.31; da Alesc de 3.7 para 4.51; do Ministério Público de 3.1 para 3.91; e do Tribunal de Contas do estado de 1.3 para 1.66.

Tribunal de Contas é atividade meio e não precisava de mais dinheiro! O Ministério Público, comprovadamente, comparando com outros estados como Paraná e Rio Grande do Sul, mostra que a nossa receita é infinitamente superior na proporcionalidade do número de promotores e procuradores. Que lógica se tem para isso?

Então, dr. Andrey Amorim, fique tranquilo - o senhor, que recebe muito pouquinho fora o teto, como o senhor diz, que isso não é salário -, porque o projeto de lei que vou apresentar é para se aplicar num fundo de atenção à assistência hospitalar, deputado Volnei Morastoni - e v.exa. tem feito um magnífico trabalho na área de saúde - ; para se aplicar em centros de tratamento e recuperação de dependentes químicos; para se aplicar nos serviços de oncologia do estado de Santa Catarina para se aumentar o tratamento nisso; para se aplicar na lista de pacientes de cirurgias eletivas que não se faz. O meu projeto de lei vai começar por reduzir o dinheiro da Assembleia Legislativa ao percentual anterior que dá plenamente para se manter a Casa com muita tranquilidade, sem cortar nenhum benefício de servidor.

O mesmo também em relação ao Tribunal de Contas do estado, o mesmo em relação ao Tribunal

de Justiça, que tem uma soma extremamente elevada de recursos no seu fundo de reaparelhamento, também, logicamente, o Ministério Público.

Portanto, aqui não quero dizer que lá não tenha belos e bons profissionais. Ninguém vai me convencer que a justificativa deles para contrato em projeto de lei que está aqui, sem concurso público, que isso justifique, porque ele diz que está na lei. Agora, a lei somos nós que fazemos aqui.

Segundo, cumpro com o meu papel de cidadania, e não é, em hipótese nenhuma, retaliação, porque esse cidadão não me conhece para dizer que isso é retaliação. Isso na realidade, a minha sugestão aqui, nobre deputados, é para que o nosso presidente Joares Ponticelli já faça um acordo com o atual prefeito e recupere essa praça que está aqui na frente antes de devolver todo o dinheiro ao estado, para já acabar com essa central de produção aqui, que está entre os três Poderes, de gente que simplesmente se reproduz na marginalidade com as drogas. E de fazermos um debate claro da mudança desse contexto que legaliza a imoralidade de pagamento.

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PSD.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Digital, sr. presidente, não posso deixar de me pronunciar no espaço do meu partido a respeito desse tema, desse assunto que é da maior

importância A Santa Catarina, que no ponto que está começa a nos preocupar.

Eu inicio, sr. presidente, falando da minha amizade e o respeito que tenho pelo eminente deputado Jailson Lima, ex-prefeito de Rio do Sul. Um deputado combatível, atuante, aguerrido, corajoso. Mas quando s.exa. levantou a questão das aposentadorias por invalidez no Parlamento Catarinense, no dia seguinte, eu, cobrado pela sociedade e pela minha filha Mariana, fui à imprensa dizer que se tratava, deputado Padre Pedro Baldissera, de um absurdo o que estava acontecendo no Parlamento catarinense.

Eu nesse momento, deputado Jailson Lima, sr. presidente e srs. deputados, quero fazer aqui algumas reflexões e inicio dizendo que não podemos de forma alguma, em momento algum, transformarmos o nosso dia a dia, a nossa postura, as nossas ações, numa luta entre os Poderes.

O Poder Legislativo, o Poder Executivo e o Poder Judiciário têm papel fundamental na consolidação da nossa democracia. Todos têm a sua importância. E certamente se formos analisar profundamente todos os três Poderes, também tem algumas questões que devem e que podem ser corrigidas, e aí nos incluimos. Temos que incluir o Parlamento catarinense.

Mas os Poderes, para o bem da sociedade catarinense, deputado Moacir Sopelsa, v.exa. que é muito mais experiente do que eu, têm que procurar ou pelo menos tentar conviver em harmonia. Cada um cumprindo, deputado Mauricio Eskudlark, com o seu papel. E nós, aqui no Parlamento, temos tentado seguir esse caminho.

E nesse momento, sr. presidente, quero dizer que me preocupa, deputado Jailson Lima, o debate quando nós caímos no campo pessoal. E aqui nós acabamos citando nomes, deputado Jailson, dr. Andrei, quer dizer, o debate se precariza, se confunde, se torna perigoso, porque estamos tratando de instituições fundamentais para a democracia e para a continuação do dia a dia do povo catarinense.

Eu quero, já falei o que penso do deputado Jailson Lima, da amizade que temos, mas não poderia deixar de dizer que conheço muito o promotor Andrei. Ele fez um trabalho como promotor da área criminal, em Joinville, excepcional, ilibado, comprometido com a sociedade, tanto é que é presidente da Associação dos Promotores.

Então, entendo que talvez, se analisarmos, e verifiquei os dados que o deputado Jailson Lima expôs no painel, poderemos ter divergência de alguns dados. E não podemos atacar da forma que estamos atacando, e aí está dando a impressão, e aí nós estamos num momento tenso e perigoso, de que o Parlamento Catarinense está contra o Ministério Público. Não é isso?

Eu fui vítima de uma ação do Ministério Público em Joinville, pessoal, individual, quando fui para o segundo turno, na eleição de prefeito, e foi um dos motivos que me tirou a vitória na maior cidade de Santa Catarina. Mas foi uma ação pontual e pessoal. Mas continuei respeitando, tanto quanto a comunidade respeita, o Ministério Público. O Ministério Público trata de uma instituição das mais respeitadas deste país.

Na votação da PEC 37 pudemos constatar, deputado Aldo Schneider, o apoio que teve da comunidade, o apelo, a força, a preocupação da comunidade em fortalecer o Ministério Público, em dar o poder de investigação ao Ministério Público, que é o guardião da moralidade, que tem a missão de fiscalizar o Poder Público, os Poderes e sobretudo proteger a sociedade, fiscalizando também a iniciativa privada.

Muito bem, dito isso tenho a impressão de que esse projeto que está aqui no Parlamento, deputado Jailson Lima, sr. presidente, temos que analisar com racionalidade, com critérios, com ponderações, com informações. E se tiver que ser aprovado, se tiver que fazer algumas correções, vamos fazer. E se tiver que ser rejeitado, o Parlamento catarinense saberá seguir o melhor caminho, no caso deste projeto, como fez em tantos outros projetos polêmicos que por aqui passaram e que alguns foram aprovados e outros rejeitados. Nós

estamos aqui para isso, para debater à exaustão. Essa é a nossa tarefa.

Agora, deputado Jailson Lima, eu não posso deixar de expor aqui alguns dados que recebi, certamente outros deputados também receberam, sobre a atuação do Ministério Público em Santa Catarina. E faço neste momento informando que em 2012 houve um crescimento de 62,67% na instauração de processo de investigação criminal, no nosso estado.

Informo também que houve um aumento de 36,73% nas denúncias oferecidas na área da moralidade administrativa; um aumento na participação das sessões de julgamento em torno de 7%; na área tributária, esse crescimento foi de 330,7%, graças à parceria do Ministério Público com a Fazenda estadual. Na área da moralidade administrativa, sr. presidente, o número de processos aumentou 27%, num total de 724 processos na área cível; na saúde o aumento de ações judicializadas foi de 102,36%, totalizando 686 ações.

Também recebo a informação, aí há uma divergência com a exposição do deputado Jailson Lima, que respeitamos, mas tem que ser apurada porque estamos aqui para exatamente buscar a verdade, de que não há membro do Ministério Público que receba subsídios acima do teto constitucional. O que há são verbas indenizatórias transitórias, fruto de dívidas passadas, como auxílio-alimentação, auxílio-moradia, e aí incluem os precatórios.

Este Parlamento votou e autorizou o pagamento de precatórios para o Ministério Público no ano passado. Não sei se os srs. deputado lembram. Nós votamos neste plenário autorizando o pagamento de precatórios.

Muito bem, dito isso, quero, deputado Jailson Lima, dizer que v.exa. tem dado uma grande contribuição, mas não poderia deixar de me pronunciar defendendo a instituição Ministério Público, como defendo a instituição Executivo, Judiciário e Poder Legislativo, porque nós, muitas vezes, somos mal entendidos na sociedade, mas

cumprimos um papel de fundamental importância em nosso estado e em nosso país.

Portanto, espero que possamos com racionalidade, com inteligência e, sobretudo, com ponderação proteger os Poderes, valorizar os Poderes, mas corrigir, deputado Jailson Lima, aquilo que pode ser corrigido tanto no Ministério Público quanto no Judiciário, no Poder Executivo e no Parlamento catarinense.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Era o que tínhamos, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo oradores que queiram fazer uso da palavra, passamos ao horário reservado ao PP.

(Pausa)

Não havendo oradores que queiram fazer uso da palavra, passamos ao horário reservado ao PCdoB.

Na ausência de oradores do PCdoB, encerramos o horário reservado aos Partidos Políticos.

Esta Presidência suspende a presente sessão até as 16h.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) (Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário aos Projetos de Lei n.s: 0082/2012, e 0338/2013.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0334/2013, de autoria do governador do estado, que institui a Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0477/2013, de autoria da comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, que altera a Lei n. 15.446, de 2011, que declara de utilidade pública o Instituto Redenção, de Governador Celso Ramos.

Ao projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Resolução n. 0002/2013, de autoria do deputado Jailson Lima, que revoga a Resolução DP n. 046, de 1992, que fixa as normas de transposição de cargos para a estrutura do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo e adota outras providências.

Ao projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Porém, há uma emenda apresentada em plenário assinada pelo deputado Silvio Dreveck e outros deputados.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR.PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon)- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, é importante registrar que a forma como está sendo proposto o retorno para a comissão de Justiça, em que o cidadão que está no órgão, hoje, estabelecido, vindo de outro órgão, na forma como está aí, é claramente a aprovação da transposição. Por mais que você queira dizer que o cidadão vai manter o seu salário de origem, mas não mantém o auxílio moradia de origem, o vale alimentação e outras questões.

É importante que tenhamos esse debate muito claro daqui para frente, para que não sejamos mais uma vez surpreendidos com projetos, porque recentemente se vê o Tribunal de Contas apresentando um projeto de transposição.

O deputado Dirceu Dresch e eu fomos lá para debater isso.

Para concluir: Então é importante que se tenha claro que a mudança disso, mesmo que você queira dizer que vai manter o orçamento de origem, ele no nosso entendimento é inconstitucional. Segundo, não podemos criar uma falsa falácia de que isso não é transposição, porque é transposição.

Então, vamos estar aqui fazendo esse grande debate. E se tiver que recorrer judicialmente, iremos recorrer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Tendo em vista a emenda apresentada em plenário, retiramos da pauta e remetemos à comissão de Constituição e Justiça para manifestação.

Temos aqui, extrapauta, mas dependemos da concordância de todos os srs. líderes de bancada, por isso chamo a atenção dos mesmos, se é possível apreciarmos a admissibilidade da PEC n. 006/2013, que não estava na pauta e foi deliberada pela comissão de Constituição e Justiça. Chegou aqui, à mesa, e iremos colocar em votação, se houver acordo de todas as lideranças.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, vários projetos entraram na Casa esta semana, e um deles é essa PEC. Foi lida, ontem, no plenário, essa mensagem. Hoje foi chamada uma reunião extraordinária da comissão de Constituição e Justiça, para tratar da admissibilidade da PEC. Foi negado o pedido de vista a esta deputada e ao deputado Dirceu Dresch, infelizmente não acatando inclusive a decisão do Regimento Interno desta Casa, porque queríamos conhecer esse projeto. Eu não tenho conhecimento do mesmo. Por isso nos abstivemos na comissão de Constituição e Justiça. Eu não concordo com a colocação desse projeto para discutir e votar na sessão de hoje.

Era isso, sr. presidente.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, essa PEC faz justiça a muitos servidores e não implica em qualquer aumento de remuneração ou de salário.

Em razão do teto, que para alguns servidores do Executivo é o teto do governador do estado, cada vez que um abono ou vantagem é incorporado não aumenta o seu rendimento, porque já está no teto, e ainda acaba tendo maior dedução, com isso perdendo na sua remuneração.

Então, é uma PEC que faz justiça, já que estão excluídos desses benefícios desse teto apenas algumas categorias. Por isso, de parte do PSD, com autorização do líder, somos favoráveis à votação.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, não consigo ficar calado diante de certas afirmações. O que se está fazendo no estado de Santa Catarina é dizer que, a exceção dos deputados, e ainda bem que é exceção dos

deputados, todos os outros Poderes e órgãos do estado terão o teto quebrado. E vão receber 90% do subsídio do ministro do Supremo Tribunal Federal.

Então, quem já passa do teto do Poder Executivo vai receber o que passa. Entendo que é justo melhorar o salário daqueles que ganham muito pouco para trabalhar muito lá na linha de frente e atender à população. Agora, quero fazer uma observação. O governo tem maioria aqui e suficiente para aprovar todos os projetos que quiser, sem exceção. E temos tempo regimental para fazer isso daqui até o recesso. Não vejo por que negar pedido de vista e muito menos por que votar extrapauta. Portanto, a minha posição é contrária a votar na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Não havendo acordo, determino que seja colocado na pauta da reunião de terça-feira próxima.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s: 0776/2013 e 0777/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0778/2013 e 0779/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Requerimento n. 1208/2013, de autoria do deputado Silvio Dreveck e outro(s), requerendo prioridade para a apreciação do PL n. 0248/2012.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon.

(Pausa)

Na ausência do deputado Serafim Venzon, com a palavra o deputado Antônio Aguiar.

(Pausa)

Na ausência do deputado Antônio Aguiar, com a palavra o deputado Sandro Silva, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos assiste, servidores desta Casa, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, quero, primeiramente, sr. presidente, falar do evento que teve a abertura no município de Joinville, a 75ª Festa das Flores, que teve as presenças do governador em exercício, deputado Joares Ponticelli, e dos deputados Nilson Gonçalves, Darci de Matos, Antônio Aguiar e este deputado.

O que pudemos ver lá foi uma festa entusiasmante, uma festa belíssima, com uma decoração de tirar o fôlego.

Então eu gostaria de fazer um convite às pessoas que nos assistem pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, para que façam esse esforço e que se planejem para que até domingo possam passar na Festa das Flores, em Joinville, porque realmente está belíssima. Não quero cometer erro, mas de todas que fui é a mais bonita, é a mais linda que já vi.

Então, fica o convite para todo o estado de Santa Catarina, para as pessoas que nos acompanham, para que realmente façam essa visita, para verem realmente o que temos lá. Temos uma decoração belíssima e contamos com um jardim sensorial para as pessoas que têm deficiência visual, para as crianças poderem tocar, sentir, andarem descalças nesse jardim sensorial.

Temos também miniorquídeas, orquídeas premiadas na Festa das Flores, para as pessoas apreciarem.

Quero também parabenizar os trabalhos da comissão Especial da Segurança Pública, do município de Joinville, que está fazendo um périplo por toda a cidade, nas oito subprefeituras, para ouvir a comunidade sobre a criação da secretaria da Segurança Pública desta cidade.

A comissão tem ido a cada uma das subprefeituras para ouvir a comunidade, tirando um extrato da comunidade, para saber qual a razão da criação da Guarda Municipal de Joinville.

Faz bem a comissão, faz bem a comunidade que tem participado intensamente, discutindo, debatendo os assuntos pertinentes na questão da segurança pública de Joinville. Com certeza a criação da Guarda Municipal vai auxiliar a própria Polícia Militar nessa lida que é a segurança pública na cidade de Joinville.

Meus parabéns ao vereador Cláudio Aragão que é o presidente desta comissão e que está fazendo todo esse trabalho de ouvir a comunidade para saber que tipo de Guarda Municipal que a cidade de Joinville quer.

Quero falar novamente sobre a pavimentação do Rio do Morro, pois ontem vi uma nota no jornal *A Notícia*, na coluna do jornalista Jeferson Savedra, em que a comunidade volta a se organizar para que no feriado da Proclamação da República, do dia 15, para fecharem a rua fazendo uma manifestação, em função da demora da pavimentação daquele trecho de dez quilômetros, em Joinville.

Então, é uma luta antiga da comunidade, que está cansada de tanto pedir. Eu conversei, na semana passada, com o secretário Valdir Cobalchini, que é o secretário de Infraestrutura do nosso estado, que ligou para o empresário, na minha frente, falou que a verba está à disposição, pediu que fizesse um cronograma para reinício das obras, mas o empresário está dando de ombros para essa importante obra na zona sul de Joinville. Ele na realidade está decidindo o que vai fazer, porque está tocando uma obra também de acesso à Praia do Ervino, e diz que não quer continuar as obras do Rio do Morro antes de terminar as obras da Praia do Ervino.

Mas se tem verba para as duas obras, que se façam realmente as duas; se não quer gastar simultaneamente com as duas obras, é um problema que a secretaria da Infraestrutura tem que levantar, tem que averiguar, porque a comunidade de Paranaguamirim, a comunidade do sul de

Joinville, não pode mais esperar, está cansada dessa morosidade das obras que não andam por má vontade do empresário.

O secretário Valdir Cobalchini já foi comunicado que os moradores dessa área vão fazer novamente protestos, queimar pneus, e cabe ao secretário tomar providências para que se reinicie o quanto antes essas obras, o que indigna cada vez mais a comunidade do sul de Joinville.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente, srs. deputados.

No dia de hoje fatos muito bons foram constatados pelo governo federal, como o Programa o Bolsa Família. E na data de hoje a nossa ministra Tereza Campello está no Catar recebendo um prêmio por esse projeto tão importante realizado pelo ex-presidente Lula e continuado pela nossa presidente Dilma Rousseff, que transformou a vida das pessoas, garantindo inclusive a escolaridade para as crianças e adolescentes.

(Passa a ler.)

"Então, com a nossa ministra Tereza Campello que hoje está recebendo no Catar esse prêmio para o nosso país, constatamos que realmente o Brasil conseguiu diminuir as desigualdades sociais, e a cada divulgação de pesquisas de órgãos respeitados confirmam que o Brasil mudou para melhor atendendo quem realmente precisa.

Recentemente a divulgação dos dados da pesquisa nacional por amostra de domicílios o (PNAD)- relativos ao ano de 2012, confirma que a primeira década do século XXI no Brasil, foi 'inclusiva' do ponto de vista social, com robusta diminuição da desigualdade e redução da pobreza, por isso, que a ministra Tereza Campello está no Catar.

Santa Catarina é o estado que apresenta a menor desigualdade de renda do nosso país, não

coincidentalmente o que também apresenta o melhor índice de desenvolvimento humano (IDH) do nosso país.

Isto mostra claramente que ações mais efetivas que proporcionem aos municípios ampliarem a busca ativa por aqueles que ainda figuram na linha de vulnerabilidade social pode levar o estado a ser o primeiro do país a erradicar totalmente a miséria.

Não são apenas os gráficos favoráveis, srs. deputados, que nos fazem visualizar esses avanços, mas o sorriso que vemos diariamente na face de milhões de brasileiros alcançados devidos a políticas públicas eficazes que comprovam como foi acertada a estratégia de enfrentamento à pobreza que ocorreu e ocorre de uma forma sem precedentes na história recente do país nos governos do ex-presidente Lula e da presidente Dilma Rousseff.

Pude dialogar e reafirmar este entendimento quando no início do mês de outubro, acompanhada do deputado federal Décio Lima, estive em audiência com a ministra Tereza Campello no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

O MDS foi criado em janeiro de 2004 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com a missão de promover a inclusão social, a segurança alimentar, a assistência integral e uma renda mínima de cidadania às famílias que vivem em situação de pobreza. De lá para cá uma agenda foi estabelecida, tendo como foco a regulamentação e a efetividade da Lei Orgânica de Assistência Social, Loas (Lei n. 8742/93).

Esta agenda culminou com a elaboração da política nacional de assistência social em 2004 e a adesão dos municípios brasileiros ao sistema proporcionou a implantação de 7.507 Centros de Referência de Assistência Social - Cras - em 5.527 municípios e 2.318 Centros de Referência Especializados de Assistência Social - Creas - em 2.073 municípios brasileiros. São mais de 200 mil profissionais atuando para assegurar os direitos da população mais vulnerável.

Cabe também destacar a elevada importância no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome da secretaria Nacional de Segurança

Alimentar e Nutricional - Sesan - que tem a missão de planejar e implementar políticas que garantam o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade.

Está no MDS sob a coordenação da Senarc - Secretaria Nacional de Renda e Cidadania o Bolsa Família, considerado o maior programa de transferência de renda do mundo. Por isso nossa ministra está recebendo este prêmio.

Este conjunto de ações, programas e projetos que aqui já citei precisam da contrapartida, do acompanhamento e da dedicação do estado e dos municípios para que de fato cheguem aos usuários destas políticas públicas.

Para a efetivação dos programas hoje disponíveis percebemos a necessidade de oportunizarmos aos municípios um contato direto com o Ministério do Desenvolvimento Social.

Relatei à ministra Tereza Campello as dificuldades práticas enfrentadas pelos gestores municipais, especialmente das pequenas e médias cidades. E convidamos o Ministério para realizar, em parceria com a Alesc, com a Fecam e com Prefeitura de Lages, o Seminário Catarinense de Desenvolvimento Social. Por que na região serrana? Porque essa pesquisa também demonstrou que o menor IDH do estado é naquela região. Também tive a grata satisfação de saber que o número de inscrição está muito grande, pois há necessidade de informação.

O objetivo desse seminário é oportunizar aos municípios e aos gestores municipais assistência a informações que permitam melhorar a rotina de atendimento às famílias catarinenses e a correta aplicação dos recursos que o governo federal destina cofinanciamento.

Em diálogo contínuo com o ministério, definimos a data de 21 de novembro, das 8h às 17h, para a realização do Seminário Catarinense de Desenvolvimento Social, com a parceria da Alesc, da Fecam e também da prefeitura de Lages.

O seminário consta da agenda da ministra Tereza Campello, além da secretária nacional de Assistência Social, Denise Colin, e do secretário

nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Arnoldo Campos.

Além disso, durante todo o dia técnicos de diversas áreas do ministério da Saúde estarão à disposição desses gestores municipais, desses prefeitos para tirarem dúvidas e estreitaram as relações com os responsáveis por essas políticas públicas nos municípios.

Esse evento será realizado na cidade de Lages, com o apoio da prefeitura e da secretaria municipal de Assistência Social do município, coordenada pelo sr. José Amarildo Farias.

Desta forma, quero aqui convidar os srs. deputados e as sras. deputadas para que façam um esforço coletivo no sentido de levar ao conhecimento de todos os municípios do nosso estado, prefeitos, gestores e técnicos da Assistência Social a importância de um evento dessa natureza que nos possibilitará adquirir conhecimento.

Fica o nosso convite, então, sr. presidente, para que participem desse seminário catarinense."

Está aqui o folder desse seminário, as fichas e as inscrições. Mas o mais importante é que através desse seminário todos os gestores municipais, todos os secretários e prefeitos poderão tirar as suas dúvidas. É o ministério do Desenvolvimento Social que vem ao estado de Santa Catarina.

Não é mais necessário os prefeitos, os secretários irem até Brasília para saberem como funciona e como acessar esses recursos do cofinanciamento para os seus municípios.

Nós queremos que o estado de Santa Catarina, que já é um exemplo para o Brasil, possa ainda adquirir muito mais conhecimento para facilitar a vida desses gestores que estão no dia a dia, nos seus municípios, com essa demanda. Que através da secretaria de Assistência Social as pessoas recorram para resolver os seus problemas assistenciais, aqueles que mais precisam, e através desse seminário possamos possibilitar, então, esse conhecimento, esse acesso à informação com a vinda do ministério do Desenvolvimento

Social ao estado de Santa Catarina, ao município de Lages, no próximo dia 21 de novembro.”

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, assomo à tribuna no dia de hoje para fazer uma apresentação do nosso grande evento que tivemos na última quinta-feira em Florianópolis, junto com a Frente Parlamentar Nacional das Ferrovias e a Frente Parlamentar Catarinense desta Casa sobre o tema das ferrovias.

Estivemos reunidos no auditório da Fiesc, porque é um setor que se vem mobilizando, vem discutindo esse tema, o setor industrial de Santa Catarina, as empresas, especialmente das regiões, e hoje se reivindica o tema das ferrovias.

É conhecido de todos esse novo momento que o Brasil vive, ou seja, do investimento de mais de R\$ 90 bilhões do PAC 2 em projetos, estruturação e construção de ferrovias nos próximos anos. É um tema que o Brasil tem um grande déficit.

Nós debatemos no seminário que o país e a sociedade brasileira pagam hoje muito caro por essa forma de investir somente num modal de transporte, que é o modal rodoviário.

Então, a ferrovia é uma necessidade. E o Brasil perde competitividade junto com outros países por esse erro estratégico no seu desenvolvimento, sendo que o país, hoje, tem menos de 10.000km de ferrovias em serviço do que tinha há 80 ou 100 anos.

Portanto, estamos fazendo uma grande mobilização. E no seminário tivemos a presença de representantes da Valec Ferrovias, que é uma empresa que cuida da construção de várias ferrovias no Brasil, e também da EPL, uma empresa de planejamento e logística criada pelo ex-presidente Lula para fazer os grandes projetos estratégicos de ferrovias e identificar as regiões que necessitam de ferrovias no nosso país.

Fábio Barbosa, um dos dirigentes da EPL, afirmou-nos que o sul do Brasil vai ter uma malha ferroviária em torno de 3.000km - isso é o que está projetado para ser construído.

Tivemos a nossa grande mobilização e grande luta e, felizmente, o projeto da Ferrovia Litorânea já está praticamente concluído - está-se concluindo agora o projeto técnico e no ano que vem ele estará pronto para se fazer a contratação da obra. E, inclusive, parte já está sendo construída, que é o contorno ferroviário de Joinville e também de São Francisco do Sul.

Temos também as duas grandes ferrovias sonhadas e reivindicadas, que são a Ferrovia da Integração, que liga o oeste ao litoral, e também a Ferrovia Norte-Sul, que vem do Belém do Pará e vai até o Porto do Rio Grande, passando por todo Brasil. Ela é a grande espinha dorsal ferroviário do nosso país, que liga o litoral e as regiões mais de fronteira com os nossos países, especialmente do Mercosul.

Então, foi um grande evento no qual se tirou vários encaminhamentos. E um deles, inclusive, foi que houvesse uma audiência com o Tribunal de Contas da União para agilizar a avaliação, que foi suspenso o projeto de viabilidade técnica, econômica e ambiental, o projeto três em um, que iríamos ter em 22 meses o projeto já pronto para contratar a obra. Esse projeto, por enquanto, está suspenso e vamos pedir agilidade ao Tribunal de Contas para se posicionar sobre a liberação dessa licitação do projeto técnico.

Além disso, temos outros temas. Foi importante essa articulação com o Rio Grande do Sul e tivemos a presença do deputado estadual Raul Carrion, da Frente Parlamentar do Rio Grande do Sul e do PCdoB; do deputado federal Fernando Marroni, do Rio Grande do Sul; além de outras lideranças do estado que participaram desse grande seminário sul brasileiro das ferrovias.

E uma das questões que ficaram claras no seminário foi que não podemos fazer a divisão das regiões de Santa Catarina, o planalto norte, o vale do Itajaí. Nós precisamos nos unificar numa

estratégia para ter a garantia de que haja uma ferrovia aqui. Não podemos dividir forças, que daí certamente vamos ter prejuízo.

Então, o que tiramos lá foi que é preciso haver unidade de ação para termos a ferrovia. E os projetos vão levantar a perspectiva concreta por onde essa Ferrovia da Integração vai passar. Podemos entrar numa disputa entre planalto norte, vale do Itajaí e oeste sobre o traçado da ferrovia, mas sem unidade não há ação.

Outra questão que encaminhamos foi levar o projeto da Ferrovia Litorânea até o Porto de Itapoá, que hoje não está previsto até o porto essa ferrovia. Então, essa é outra reivindicação que se encaminhou nesse seminário.

No mais, ficamos muito satisfeitos com a participação de lideranças, especialmente de todas as regiões catarinenses, que têm conhecimento e atuam na área de ferrovias há muito no nosso estado: lideranças empresariais, lideranças municipais e políticos.

Tivemos um grupo grande de deputados estaduais e federais que participaram deste evento, na Fiesc, na última quinta-feira. O que podemos dizer e afirmar é que depois desse seminário saímos unificados, com a estratégia de que Santa Catarina quer de fato caminhar numa perspectiva de ter grandes ramais ferroviários e ferrovias para ajudar no desenvolvimento do nosso estado e no desenvolvimento de todas as regiões.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda em Explicação Pessoal, o próximo orador inscrito é o deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, quem mais nos acompanha pela TVAL e Rádio Digital, gostaria de debater três assuntos, aqui, neste momento. Primeiro, é o fechamento de escolas, tanto públicas quanto particulares, na cidade de Florianópolis. Nós temos um movimento de especulação imobiliária, deputado Dirceu Dresch,

inclusive as escolas particulares de todos os níveis só sobrarão as grandes, as gigantescas. E, portanto, terão a possibilidade de cobrar uma mensalidade ainda mais alta do que se tem cobrado. Especialmente aquelas de pedagogia alternativa, que funcionam em casas de edificações antigas, estarão sendo engolidas pelo mercado imobiliário cada vez mais voraz, que não deixará nenhum espaço à vivência comunitária.

Repito, vale às escolas particulares que cobram mensalidades e vale às escolas públicas. E nós tivemos aqui o fechamento de quatro escolas públicas nos últimos anos, na Grande Florianópolis.

O argumento dos governos é que elas não são mais necessárias. No entanto, há que se perguntar para onde que estão indo todos esses adolescentes, esses jovens, essas crianças. Quando que se debate o que teria que se debater, era justamente a ampliação do tempo em sala de aula e a instituição do ensino em tempo integral. Portanto, se precisaria de mais estrutura física à disposição da educação.

Discute-se o plano diretor, na Câmara municipal de Florianópolis, e achamos que seria razoável, aliás, no mínimo é que houvesse restrições ao fechamento, à ocupação de espaço físico que é utilizado na educação, saúde, assistência social e lazer, com o objetivo da especulação imobiliária. Senão, teremos uma selva de pedras nesta cidade capital, e aí, inclusive, só os muitos ricos poderão usufruir dos espaços em todos os sentidos. Sobrarão os shoppings, onde aqueles que tiverem um pouco de dinheiro poderão ir lá e gastá-lo. Espaço de vivência, espaço de vida em sociedade está se tornando cada dia mais precário. E o plano diretor da cidade de Florianópolis, com certeza, precisa debater essa questão.

Quero também fazer referência ao debate que houve na manhã de hoje, na comissão de Saúde, que foi um debate com gestores do estado, por proposição do deputado Jorge Teixeira, para debater a gestão do fundo estadual de saúde. Ou

seja, o fundo social, a quarta parte do governo do estado, não é gerida pela secretaria de Saúde, mas, sim, pela secretária da Fazenda ou pelo comitê gestor que controla todo o recurso.

Nós temos aqui no estado de Santa Catarina o discurso nos últimos dez anos de que se está descentralizando a administração pública. É ilusório esse discurso, inclusive, quando se vai olhar o controle das fontes de recursos. Foram criadas 36 secretarias do Desenvolvimento Regional, mantidas as secretarias setoriais, e Santa Catarina deve ser o estado do Brasil que tem mais secretarias, com o discurso de que o governador tem que estar perto das pessoas.

Na verdade, se deixa lá um gestor que fala em nome do governador, mas ele é mais um para vir de pires para a capital, tentar convencer aqueles três ou quatro secretários municipais, junto com o governador, que efetivamente controlam os recursos.

Aliás, vale registrar que aqui em Santa Catarina também, nos últimos dez anos, com a criação do Fundo Social, deputado Padre Pedro Baldissera, o governo conseguiu tirar ainda mais dinheiro que deveria ir para a conta única e ser aplicado constitucionalmente, conforme as regras constitucionais e legais, da educação, da saúde, da segurança, do salário dos servidores, do vencimento, colocou numa conta à parte, a conta do Fundo Social, que não tem nenhuma regra de funcionamento.

O governador define para onde vai, e é evidente que os governos têm usado, desde a instituição dessa aberração jurídica, o governo tem usado inclusive para facilitar a sua política de aliança com os prefeitos, um dinheiro que deveria ser usado segundo as regras constitucionais.

Então, esse fato precisa registrar que o discurso de centralização no estado de Santa Catarina é enganador. Se criou uma estrutura física, burocrática, administrativa e um aparato político, e quando digo aparato político é inclusive de campanha eleitoral, mas os recursos

continuam centralizados, controlados no palácio. E é preciso dizer cada vez mais centralizados. Por fim, deputado Dirceu Dresch, deputado Pedro Baldissera, deputado José Milton Scheffer, uma no cravo e outra na ferradura.

A presidente Dilma está para sancionar, nas próximas horas, o texto do PLC 01/2013, que trata do projeto das chamadas universidades comunitárias. Esse é outro engodo e outra enganação contra a sociedade brasileira e catarinense.

Só o idealista, no péssimo sentido da palavra, pode imaginar que numa sociedade de mercado, numa sociedade capitalista, é possível existir uma universidade não estatal, que seja efetivamente comunitária.

Mas quem está defendendo estava feliz, na semana passada, junto com a presidente, e com certeza não tem nada de idealista. Os donos, os gestores, os proprietários, os controladores das universidades pagas do estado de Santa Catarina estavam lá, por exemplo. Não tem nada de idealista no sentido do que o projeto quer incutir.

Santa Catarina tem 16 instituições de ensino superior de origem fundacional, municipal, fundação pública municipal, criada como universidade municipal na década de 70 e que não cobravam mensalidades. Aos poucos foram se tornando universidades cada vez mais privadas. Na maioria delas a democracia interna é absolutamente inexistente. E a maioria delas é controlada por grupos restritos de pessoas. E agora eles vão ter o direito de chamar universidades comunitárias, como se fossem de fato da comunidade, vão continuar cobrando mensalidade, evidentemente, e o que o governo federal está fazendo é oportunizando que através desse novo marco legal facilite a transferência de recursos públicos para essas universidades, repito, privadas. E aí unificou, porque no projeto de universidade comunitária, esse projeto a que estou me referindo, deixou todas iguais.

As fundações municipais, do sistema Acafe, as particulares, inclusive as que chegaram ao estado

agora, as internacionais e nacionais que chegaram aqui, as convencionais, todas elas agora são genuinamente, aliás, são candidamente, pela pretensão, candidamente universidades comunitárias.

É um grande engodo, é uma inverdade, e o governo precisa instituir regras para tornar o ensino superior, inclusive o ensino superior, cada vez mais público. Precisa parar de dar dinheiro para banco e investir efetivamente na produção de conhecimento no ensino, na pesquisa e na extensão, fortalecendo as instituições públicas e estatais, dando autonomia de gestão, dando autonomia de pesquisa e repassando recursos suficientes para que possam de fato crescer e não arrumar mais uma forma de repassar dinheiro público que não manda para as universidades públicas, mas, sim, para grupos privados, tubarões da educação.

Isso é que precisa ser dito também. E o correto era que a presidente Dilma Rousseff vetasse esse projeto, porque infelizmente não é bom para a sociedade catarinense nem para o Brasil.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero aqui dizer que recebemos do ministério da Educação um comunicado nos informando que dez municípios catarinenses vão receber quadras cobertas.

É importante essa ação para a nossa criançada poder praticar esporte, ginástica.

Então, teremos quadras cobertas para esses dez municípios. Também cinco ônibus escolares adaptados ao acesso para cadeirantes. Além desses cinco, no mês de novembro, 38 municípios já receberam esses ônibus e 15 municípios receberam também no mês de setembro.

Então, são ações para os nossos municípios catarinenses, inclusive o meu município Saudades irá receber uma quadra coberta, de 492.670...

(Manifestação interrompida por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera)

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para hoje, às 20h, em Joinville.

Está encerrada a presente sessão.